
“Per essere alcuno nella vita”: escolas na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul

“Per essere alcuno nella vita”: school in the Region of Italian Colonization in the state of Rio Grande do Sul

*Terciane Ângela Luchese**

Resumo: Este artigo apresenta um panorama do processo escolar entre imigrantes da Região de Colonização Italiana no Rio Grande do Sul, abrangendo especialmente o período de 1875 a 1930. Ao me referir à Região de Colonização Italiana estou compreendendo como sendo as primeiras colônias criadas na Serra Gaúcha: Dona Isabel, Caxias e Conde D’Eu e que foram, em sua maioria, ocupadas por imigrantes italianos. As possibilidades de acesso ao ensino institucionalizado foram possíveis a partir das diversas iniciativas dos próprios imigrantes, das autoridades locais e estaduais, das autoridades consulares e das congregações religiosas. Apresento as condições em que se organizou a escola e suas diferentes modalidades de ensino: as chamadas “aulas étnicas ou italianas”, que, incentivadas pelas autoridades consulares, eram mantidas pelas Sociedades Italianas e pelas comunidades rurais, algumas

Abstract: The article offers an overview of the schooling process among immigrants in the region of Italian immigration in the state of Rio Grande do Sul, particularly in the period from 1875 and 1930. The phrase “region of Italian immigration” refers here to the first settlements created in that area, viz. Dona Isabel, Caxias do Sul and Conde d’Eu, most of which were occupied by Italian immigrants. Their access to institutionalized teaching was made possible by various initiatives by the immigrants themselves, consular authorities and religious orders. The article discusses the conditions under which school education was organized and its various modes: the so-called “ethnic or Italian schools”, promoted by consular authorities, were supported by “Italian societies” and rural communities, some of which received funds from the Italian government; the “confessional schools” that proliferated through the

* Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (UCS).
E-mail: terci@terra.com.br

recebendo subsídio do governo italiano; as “escolas confessionais” que, em especial a partir de 1890, proliferaram por toda a região seja via noviciados, seminários, colégios e escolas paroquiais; e, finalmente, as diferentes modalidades de “escolas públicas”. São utilizados os referenciais teóricos da História Cultural para a análise de documentos diversificados, especialmente, relatórios, fotografias, correspondências, jornais e materiais didáticos. Problemático o lugar da escola, o sentido dado a ela por esses grupos de imigrantes, estabelecendo uma relação entre a educação e o universo cultural daquelas comunidades em formação. Investigando e reconstruindo alguns traços desse processo educacional, parece-me que a naturalização do discurso sobre a trama histórica educacional dessa região, merece ser repensada.


Palavras-chave: Educação. Imigrantes italianos. Cultura escolar.

region particularly from 1890 onwards, through novitiate institutions, seminars, parish schools and other teaching arrangements; and finally the various forms of “public schools”. The article uses the theoretical framework of Cultural History to analyze various documents, particularly reports, photographs, letters, newspapers and teaching materials. It explores the place ascribed to the school as well as the significance associated to it by those groups of immigrants, establishing a relationship between education and the cultural world of those developing communities. The investigation and reconstruction of some traits of that educational process point out that the naturalization of the discourse about the history of education in the region deserves to be reconsidered.

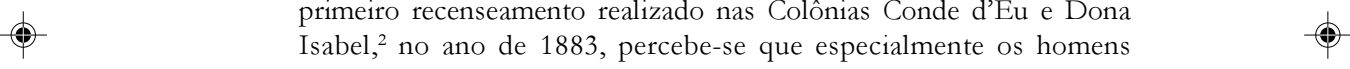
Keywords: education, Italian immigrants, school culture.

Considerações iniciais

As condições das crianças, em sua maioria, na Região de Colonização Italiana (RCI) não era diferente daquelas enfrentadas pelos pais. Muitas iam à escola de pés descalços, enfrentando o frio, a geada, a chuva e percorrendo a pé longas distâncias. Não havia comodidades. Pelo contrário, algumas delas precisavam cumprir tarefas domésticas antes de irem para a escola, e muitas foram as que deixaram de estudar para auxiliarem os pais na “lida” da roça. Os que conseguiram frequentar alguns anos de escola seguiam para a mesma carregando, numa pequena bolsa de tecido ou uma *sporta de dressa*,¹ os poucos materiais de estudo: a “pedra”, a pena e, por vezes, o lanche. Conforme Costa,



mandar os filhos à escola era um peso para a economia da família. Em primeiro lugar, era necessário comprar o material escolar, o vestuário que representava elevada despesa, visto as poucas fontes de renda. Muitos pagavam os estudos com produtos da lavoura: arroz, batata, feijão... A perda da mão-de-obra era outra razão que impedia os pais de enviarem os filhos à escola. A experiência ensinara que a vida era possível, mesmo sem estudo. Compreende-se o pouco apreço pelo estudo que não se apresentava como instrumento de solução imediata de problemas; nem como meio para um futuro feliz da família dos imigrantes. A autêntica segurança era a terra, pois dela, podia-se obter a produção necessária à própria sobrevivência. (COSTA, 1986, p. 76).



As escolas, no entender de muitos estudiosos e pesquisadores da imigração italiana no Rio Grande do Sul, não se constituíram em elemento privilegiado para aqueles colonos. As publicações e os discursos naturalizados dão conta de que o imigrante italiano pouco teria se importado com a instrução de seus filhos e que, eles próprios, em geral, seriam analfabetos. Entretanto, ao consultar fontes primárias como o primeiro recenseamento realizado nas Colônias Conde d'Eu e Dona Isabel,² no ano de 1883, percebe-se que especialmente os homens declararam em sua grande maioria serem alfabetizados, perfazendo uma média de 74% dos homens adultos. Informa Giron (1998, p. 90), que a partir do “Levantamento dos Mapas Estatísticos da Colônia Caxias”, 63% dos imigrantes de sexo masculino sabiam ler, enquanto apenas 37% das mulheres eram alfabetizadas”. Os dados levam a crer que o índice de analfabetismo multiplicou-se nas colônias entre os filhos de imigrantes, que não tinham onde estudar.

Válido é lembrar que as Colônias na Serra Gaúcha foram ocupadas por italianos provenientes, em sua grande maioria, de regiões do Norte da Itália, onde as políticas públicas desde muito se preocupavam com o processo de escolarização. Grosselli informa que, na região de Trento, em 1880, as pessoas analfabetas com mais de 6 anos de idade eram cerca de 14,5% do total da população, sendo 12% entre os homens e 16% entre as mulheres. Acrescenta que a obrigação de frequência escolar dos 6 aos 12 anos estava em vigor desde 1774 e foi estendida a obrigatoriedade até os 14 anos em 1869.³ Certamente, não migraram para a RCI apenas trentinos, mas a situação escolar assemelhava-se nas demais regiões do Norte, em especial, aquelas que estiveram sob o domínio Austro-Húngaro.

As iniciativas para o desenvolvimento da instituição escolar precisam ser compreendidas dentro dos contextos histórico e cultural em que se processou a ocupação daquelas regiões. É necessário recordar, ainda, que a educação dos indivíduos era concebida como responsabilidade e efetivação dos princípios familiares, religiosos, bem como dos escolares.

Observando a legislação que orientou a ocupação das colônias, temos o Regulamento de 1867 como normatizador. Esse regulamento determinava, como função pública, a criação de escolas nos núcleos coloniais. Entretanto, por inúmeros motivos, as crianças e os jovens, quase em sua totalidade, foram privados, durante longo tempo, do acesso à escrita e à leitura.

As poucas escolas criadas nas colônias atendiam apenas as crianças que viviam nas proximidades. As demais cresciam em plena “ignorância da arte escrita”, como relatavam as autoridades.

Para compreender as diferentes iniciativas e modalidades escolares, no período de 1875 a 1930, é importante analisar as escolas comunitárias étnicas italianas, as públicas e as confessionais.

As escolas étnico-comunitárias italianas

Conforme estudo realizado por Schneider (1993), durante a década de 70 (séc. XIX), a instrução pública, no meio rural, era muito precária, não podia ser regulada pelas mesmas normas que regulavam a maioria das escolas da Província, já que os filhos de imigrantes falavam dialetos diferentes, e os professores não podiam ensinar se não compreendessem o que seus alunos falavam. Surgia, então, um grande problema: onde conseguir professores que compreendessem os dialetos italianos, dominassem o idioma nacional e que se dispusessem a se deslocar até as colônias e ali permanecer para ministrar suas aulas?

Para solucionar essas dificuldades, o governo passou a incentivar a criação de aulas particulares, por meio de seu órgão, a “Inspetoria Especial de Terras e Colonização”. Um ofício de julho de 1878, comunicava aos diretores das colônias que o governo deixara o estabelecimento das aulas para a iniciativa dos particulares. Entretanto, continuava contribuindo com 25\$000 réis mensais quando o número de alunos passasse de 15, e mais 1\$000 réis para cada aluno, que ultrapassasse esse número, contanto que não excedesse a importância com que abonava os professores



nomeados.⁴ No ano anterior, em 6 de agosto de 1877, o ministro da Agricultura mandara um aviso, que comunicava aos professores particulares existentes ou aos que se estabelecessem nas colônias que os diretores também deveriam providenciar a construção das escolas, se houvesse mais de trinta alunos.⁵

Nesse sentido, existiram muitas iniciativas por parte dos próprios pais e da comunidade que criava “aulas”, cujo professor era pago para que ministrasse os conhecimentos básicos de leitura, escrita e cálculos. Conforme o imigrante Julio Lorenzoni (1977), estabelecido na Colônia Dona Isabel,

a absoluta falta de escolas do Governo Brasileiro obrigava o colono a escolher as pessoas mais aptas para ensinar a ler, escrever e fazer contas àquela mocidade toda, sob pena de criarem-se na maior ignorância, verdadeiramente analfabetos. Precisavam então conformar-se com o melhor que houvesse, pois não eram professores formados os que iam lecionar, mas sim os que, na Itália, tivessem recebido uma razoável instrução e que, mediante módica retribuição, se sujeitassem a desempenhar a árdua tarefa de mestre, o que procuravam fazer da melhor maneira. (p. 126).

Entre os imigrantes, havia alguns professores com formação em sua terra natal, mas o número deles era insuficiente para suprir a carência/necessidade de escolas. Conforme Giron (1998, p. 90), “entre os imigrantes da Colônia Caxias, apenas quatro se identificaram como professores, sendo os responsáveis pelas primeiras escolas particulares regionais. Foram eles Giacomo Paternoster, Abramo Pezzi, Clemente Fonini e Marcos Martini”.

Essas iniciativas foram muito comuns no interior das colônias. Diversos foram os casos em que as famílias de imigrantes uniram-se para empreender, em mutirão, a construção de escolas, geralmente, uma pequena casa de madeira rústica, apesar de, nos primeiros tempos, as aulas terem funcionado na própria casa do professor ou na casa de um das crianças.

Já nas primeiras décadas do século XX, esse tipo de aula foi desaparecendo pela dificuldade dos pais de manterem o investimento (em especial pelo elevado número de filhos), pelo crescimento de ofertas de escolas em outras modalidades ou pela própria desistência do professor em razão da parca remuneração (o que, por vezes, era feito em espécie – feijão, trigo, milho...).



A dificuldade para organizar o Ensino Fundamental nas colônias e, posteriormente, nos já municípios, manteve-se por muitos anos. A distância da zona rural e a falta de meios de transporte isolavam algumas comunidades que, organizando-se por conta própria e com o auxílio recebido do governo italiano, fundaram escolas italianas.

As autoridades italianas, como os cônsules, preocupavam-se com a falta quase absoluta de instrução nos núcleos coloniais. É possível encontrar, em todos os relatórios consulares, registros que retratam a situação das colônias, mencionando a falta de escolas e a necessidade do governo italiano intervir, passando a apoiar a educação, enviando livros e material escolar.

Cabe ressaltar que, como lembra Gardolinski (1977, p. 101-102), além das escolas italianas havia, em Santa Tereza e na Linha José Júlio, escolas polonesas. “Sabemos, contudo, que em 1901, junto à Vila de Santa Teresa, fundaram a escola ‘Jan III Sobieski’. Alguns anos mais tarde, surgiram outras pequenas escolas que, entretanto não sobreviveram por muito tempo.” Quanto a Linha José Júlio, informa que os primeiros registros remontam ao ano de 1911 e dizem respeito a uma pequena escola particular. A partir de 1912 foram encontradas algumas atas de reunião dos sócios da Capela de Santo Estanislau Kostka em que se discutia a organização da escola étnica comunitária. O pouco pagamento dos professores era feito pelos pais das crianças e, em parte, pelo caixa paroquial (quando houvesse necessidade). Entre os professores (escolhidos pessoas da própria comunidade) constam os nomes de Antoni Babinski, Jan Kosztawski, Stefan Babinski e Józef Miszewski. As aulas eram ministradas na casa da Senhora Grafko que oferecera o espaço gratuitamente.

As escolas confessionais

O universo cultural que se constituiu nas antigas colônias italianas na Serra Gaúcha foi dominado pela Igreja Católica. Poderíamos dizer que, em nenhuma outra região, houve maior poder da Igreja – os religiosos dirigiam a cultura regional por meio de seus seminários, internatos e escolas. Determinavam condutas sociais e a opinião pública via periódicos, sermões e pregações. Influenciaram, também nos rumos políticos. A Igreja foi o centro para a organização cultural – constituindo-se não apenas em lugar para o culto, mas em espaço para onde convergiam as relações sociais, econômicas e culturais das comunidades.

A partir de meados de 1890, houve grande crescimento nas iniciativas de entrada e instalação de congregações religiosas na RCI, que investiram na construção de seminários e noviciados. Conforme Giron (1998),

enquanto os seminários e noviciados procuravam futuros religiosos entre filhos de colonos italianos na zona rural, as congregações religiosas instalaram-se na zona urbana, servindo as camadas médias da população. Mantidas pelas mensalidades dos alunos foram responsáveis pela formação de mão-de-obra capacitada para a nova realidade econômica do Brasil. (p. 92).

Em Bento Gonçalves, a criação da primeira escola confessional foi uma iniciativa das Irmãs do Puríssimo Coração de Maria com a fundação do Colégio Sagrada Família, em 1898, em Monte Belo. Outra iniciativa das Irmãs de São José se concretizou a partir de 1906, em Pinto Bandeira, com a abertura do Colégio São José. Por fim, na vila, em 1915, com as Irmãs Scalabrinianas. Em toda a região foram inúmeras as escolas e, certamente, a educação e a formação proporcionadas àqueles que puderam frequentar as escolas confessionais constituíram-se em diferenciais, e a presença das mesmas na comunidade regional significou um avanço cultural.

Escolas confessionais mantidas por congregações diversas, seminários, juvenatos, noviciados e escolas paroquiais foram iniciativas ligadas à Igreja Católica, que promoveram e disseminaram o ensino e a religião católica entre imigrantes e seus descendentes. Portanto, a Igreja, juntamente com o Estado, assumiram a liderança em se tratando da expansão da escolarização na RCI.

As escolas públicas

As administrações coloniais tentaram amenizar o problema do ensino com a criação de escolas nas sedes dos núcleos coloniais. Em 1876, o diretor João Jacintho Ferreira dirigia um ofício à Inspetoria Especial, notificando a existência, nas duas Colônias (Conde d'Eu e Dona Isabel), de escolas para ambos os sexos.⁶

No ano seguinte, 1877, o diretor da Colônia Dona Isabel, Pedro Albuquerque Rodriguez, afirmava que, em uma sala da casa da diretoria, funcionava uma aula mista de primeiras letras, enquanto não ficasse pronta a escola. Nessa aula estavam matriculados 61 alunos que a

frequentam regularmente.⁷ Alertando sobre a situação precária do ensino e a necessidade de se criar novas escolas, dizia o diretor da Colônia Dona Isabel:

Esta única aula não satisfaz a necessidade que há de propagar-se a instrução rudimentar entre os colonos, por causa das grandes distâncias. É de conveniência abrir uma escola em cada linha, já a bem da instrução dos colonos, já pela economia de tempo que resulta para o expediente da diretoria, pois estimando a relação entre colonos inteiramente analfabetos e os que apenas sabem ler e escrever, em 10%, indispensável é ao diretor, para satisfazer as exigências da Repartição de Fazenda, a perda de muito tempo todas as vezes que for mister a assinatura de um documento qualquer.⁷

Em 20 de maio de 1877, foi enviada uma circular pela Inspetoria Especial de Terras e Colonização para as colônias, entre elas Dona Isabel, concedendo às escolas particulares o valor mensal de 25\$000 réis mais 1\$000 réis por aluno.⁸ Em outra circular da mesma inspetoria, anunciava que, conforme o Decreto do Ministério da Agricultura, aos professores particulares existentes ou aos que se estabelecessem na colônia também deviam ser concedidas casas para as respectivas escolas, desde que frequentadas por mais de trinta alunos.⁹

Em 3 de abril de 1877, em carta escrita pelo Inspetor Especial de Terras ao Inspetor-Geral, havia a denúncia da necessidade de se criarem escolas nas colônias, pois as poucas que existiam na povoação não podiam (devido à topografia e aos transportes) atender a todas as crianças e complementava:

Mas há ainda uma razão social e de Estado que aconselha a imediata organização do serviço escolar: é assimilar estes milhares de estrangeiros às nossas instituições é preciso fazer dos seus filhos brasileiros que amem o seu país, vemos em São Leopoldo, em cujas linhas vivem milhares de brasileiros que não falam o idioma do país e não conhecem nenhuma das nossas leis ou instituições. Seria uma crueldade e uma imprevidência não atacar o mal no princípio: as economias que quiséssemos fazer neste ramo vingar-se-ão cruelmente mais tarde sem dúvida alguma.¹⁰

Os comentários e alertas foram muitos, e algumas autoridades mencionavam o perigo de surgirem, dentro do País, regiões totalmente alheias à cultura, às leis e mesmo aos costumes do estado em que os



imigrantes estavam vivendo, já que a maioria das crianças crescerá sem o mínimo de conhecimento do idioma nacional.




No ano de 1885, a RCI foi visitada pelo engenheiro Manoel Maria de Carvalho, Ajudante da Inspetoria-Geral de Terras e Colonização. Entre outras observações, o mesmo registrou isto sobre a instrução:

A instrução primária nestas colônia foi entregue à província depois da emancipação, tendo estado antes desse ato a cargo do Governo Geral. É presentemente muito deficiente, pois para servir a tão densa população, existem somente as poucas escolas abaixo descritas, havendo várias e extensas linhas de lotes com milhares de crianças sem um único professor. A instrução particular quase não existe havendo em algumas linhas um ou outro colono que, mediante insignificante retribuição dada pelos pais, mal ensina a ler, escrever e contar aos meninos. Na sede de Dona Isabel, em casa do Estado, de alvenaria de tijolo, bem conservada e com as necessárias acomodações, há uma escola promíscua¹¹, regida por um professor provincial. [...] Nas escolas provinciais ensina-se a língua portuguesa e nas particulares a italiana, convindo observar que não há oposição, antes desejo dos colonos italianos, que os seus filhos aprendam o nosso idioma. Para se compreender a necessidade de adotar-se medidas eficazes no sentido de derramar-se a instrução primária nestas colônias, basta comparar-se o limitadíssimo número de escolas existentes com a enorme população que anteriormente foi apresentada. A nova colônia Alfredo Chaves bem como várias e importantes linhas de Conde d'Eu e Dona Isabel não dispõem ainda de uma única escola, tendo, entretanto, cada uma daquelas linhas mais de 3000 habitantes. O Governo Geral não pode deixar de auxiliar a instrução colonial principalmente desde que a província não o faz convenientemente.¹²

Mesmo com todos os alertas e preocupações revelados nos relatórios encontrados, por parte de autoridades ou dos próprios imigrantes quanto à necessidade de maior implementação de escolas pouco se fez até 1889. A partir da Proclamação da República o ensino público passou a receber maiores investimentos e houve uma breve expansão da oferta de vagas em escolas públicas subvencionadas pelo Estado na RCI.¹³


Relatando sobre as condições de Bento Gonçalves em 1906, Lorenzoni (1977), destaca:

Essa indolência que se nota especialmente nos moços é resultado de uma educação falha, excesso de liberdade, da falta absoluta de pessoas




que se interessem em fundar, nestes centros, escolas, cátedras ambulantes de agricultura, fomentando ao mesmo tempo as pequenas indústrias, que da mesma fossem derivadas. Eis, precisamente, porque sempre me interessei muito para que nosso município, que é, a bem dizer, centro da colônia italiana, pudesse ser fundada uma escola que fosse dirigida por Padres Salesianos. (p. 218).

No ano de 1910, houve nova iniciativa no sentido de levar adiante o processo de escolarização. Com a direção de Antonio Casagrande, Amaya de Gusmão, Dr. Battocchio e do Pe. Saverio Acierno, foi fundada, na vila, uma Escola Prática de Comércio, dividida em três cursos, que, em seguida, teve grande aceitação conforme relato de Lorenzoni (1977, p. 224). Iniciou suas atividades com cerca de vinte alunos, pagando cada um a taxa de 25\$000 réis mensais. Seu funcionamento era na sala de reuniões da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Regina Margherita, cedida gratuitamente por aquela sociedade. Comentando sobre a iniciativa, informa Lorenzoni (1977):



A escola iniciou sob os melhores auspícios; foi infeliz porém, devido à má vontade e nenhum interesse tomado pelo Intendente Carvalho Júnior e também devido ao comércio, que apesar de ser composto por boas pessoas, faltava-lhes instrução e visão do quanto poderia ser-lhes útil a escola. Seu corpo docente, desgostoso, depois de encerrado o primeiro ano, fechou as portas. Mais uma iniciativa que teria proporcionado imensas vantagens, tanto ao nosso município como aos municípios vizinhos e que, por falta de compreensão, era abandonada. (p. 224).



A organização do ensino público municipal ocorreu apenas a partir de 1912 por determinação da Secretaria do Estado dos Negócios do Interior e Exterior de Porto Alegre. Os dados informados eram alarmantes: em 1910, Bento Gonçalves tinha um total de 18.744 habitantes e, desses, 11.086 eram analfabetos, ou seja, 59% da população, segundo os registros da Intendência Municipal. Em 1914, em questionário remetido à Secretaria de Estado, a intendência de Bento Gonçalves informava que cerca de 3.500 crianças em idade escolar eram analfabetas e estavam privadas do acesso à escola.¹⁴ Os motivos foram diversos – a evasão, a repetência, a falta de incentivo pelas condições materiais das famílias e mesmo a pouca importância dada por alguns ao estudo dos filhos, conforme revela a documentação oficial.

Em Bento Gonçalves, em 1915, a situação escolar era a seguinte, conforme o quadro a seguir:




Quadro 1: Sinopse da População Escolar – 1915 – Bento Gonçalves

N.	Colégios	Número de alunos					
		Matriculados			Frequência		
		Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
1	Colégio Elementar	108	83	191	87	68	155
8	Escolas públicas estaduais	238	165	403	201	138	339
22	Escolas subvencionadas pelo estado	455	379	834	358	294	652
3	Escolas subvencionadas pelo município	52	30	82	37	24	61
3	Colégios religiosos	62	77	139	58	67	125
7	Colégios particulares	104	86	190	78	62	140
Totais		1019	820	1839	819	653	1472

Fonte: Intendência Municipal de Bento Gonçalves, em 26/10/1915.¹⁵

Nos anos de 1908 e 1909 houve intensa mobilização pela conquista de uma escola elementar pública. Entre os ofícios enviados pela Intendência de Bento Gonçalves, destacamos o que segue por ser revelador das necessidades educacionais do período:

Nº 79 – Em 21 de dezembro de 1909. Il. Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado. Porto Alegre. Tomo a liberdade de vir perante V. Ex. em nome dos interesses da instrução pública e a mais ardente aspiração dos moradores da vila de Bento Gonçalves, solicitar a criação de um colégio elementar para cujo funcionamento de suas respectivas aulas esta intendência oferece o edifício necessário que comporta suas espaçosas salas, podendo estas serem subdivididas em caso de necessidade, edifício este nas condições higiênicas. Fazendo a instrução a base especial a formação de bons cidadãos, úteis à Pátria, ao seu desenvolvimento, e sendo a população escolar numerosa na sede e no município, como demonstra o último mapa estatístico enviado à Inspetoria Geral da Instrução Pública, confiante, se dignaria V. Ex. atendendo a um tão justo pedido proporcionará a criação do referido colégio. Além deste pedido venho expor a V. Ex. outras necessidades além da instrução pública. Estando as aulas públicas do município desprovidas dos indispensáveis móveis, pediria, também a V. Ex., dignasse autorizar a confecção ou a remessa dos mesmos dessa capital, a fim do bom funcionamento dessas aulas, Outrossim, peço o provimento de quatro aulas vagas da Linha Jansen n. 124, Palmeiro n. 70, Jacintho e Armênio, que no corrente ano atravessam sem professor em prejuízo de um grande número de alunos, que se poderá computar o número superior a 200, que ficaram privados de receber instrução tão necessária,




sobretudo neste meio, onde o elemento predominante é o Italiano e os seus filhos, sendo brasileiros, desconhecem por completo o idioma de sua Pátria nativa. Certo pois da boa vontade e grande interesse de V. Ex. para que a instrução tenha sua completa difusão, espero tomar em consideração tão justa reclamação providenciando em bem servir os interesses de vosso Rio Grande. Saúde e Fraternidade. Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior, Intendente.


A partir de 1909, o Colégio Elementar passou a funcionar no prédio da Prefeitura e foi oficializado em 1915.

Para os municípios a conquista de um Colégio Elementar representou um avanço na educação, mesmo que esse não tenha sido suficiente para atender à demanda escolar existente, porém viabilizou melhorias na própria qualidade educacional.

Encontramos, ao longo da pesquisa, petições solicitando a instalação de escolas, mas nem sempre eram atendidas, como se lê:



Tenho a honra de apresentar a V. Ex. a inclusa petição que fazem os colonos das linhas Santa Clara, da extinta colônia Santa Maria da Soledade. Sendo uma das mais antigas partes da colônia Conde d'Eu, e tendo os seus habitantes extrema falta de uma escola, reúne esta Diretoria os seus votos em favor do justo pedido que a V. Ex. fazem.¹⁶



Essas petições contradizem em parte as poucas referências existentes sobre o processo educacional entre imigrantes italianos estabelecidos nas colônias gaúchas. A atenção dada à produtividade e ao crescimento econômico binariamente combinado com a religiosidade são constantes focos de explicação para o universo cultural daqueles grupos. Entretanto, pelas fontes consultadas, essas explicações são limitadas. Consoante os dados apresentados no *Álbum do Cinquentenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul*, as escolas em 1925 eram as seguintes:

Município	Escolas estaduais	Escolas municipais	Escolas particulares	Total
Caxias do Sul	13	77	16	106
Bento Gonçalves	4	30	3	37
Flores da Cunha	-	10	1	11
Garibaldi	17	41	2	59
Antônio Prado	3	-	5	8
Veranópolis	1	-	4	5
Total	38	158	31	225

Fonte: Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud.¹⁷

Pensando-se na quantidade de população que habitava esses municípios e o número de escolas, percebe-se que, passados 50 anos do início do estabelecimento dos imigrantes, essas eram insuficientes para atenderem, em especial, as zonas rurais. Como podemos compreender o processo escolar entre esses imigrantes italianos? De que forma se sistematizou o ensino? Por quem, qual a dinâmica educacional utilizada e como foram organizadas as diferentes modalidades escolares (escolas públicas, de congregações religiosas e as étnicas)? Qual era a importância da escola para os imigrantes italianos? São muitas as questões... No caso do RS, ainda não se realizaram estudos aprofundados e específicos sobre essa temática. Temos importantes estudos acadêmicos sobre educação entre imigrantes italianos que se estabeleceram em outros estados, como São Paulo e Paraná, que podem ser interessantes para contrapor os dados obtidos com este primeiro estudo.

Notas

¹ *Sporta de dressa* – no dialeto vêneto refere-se às sacolas feitas artesanalmente a partir da palha de trigo.

² Recenseamento da Colônia Conde D'Eu e Dona Isabel em 1883, Arquivo Histórico e Geográfico de Montenegro.

³ “Nel 1880 le persone analfabete in Trentino, com piú di 6 anni di età erano 50.000 su uma popolazione complessiva di 352.000, cioè il 14,5% del totale della popolazione (12% tra i maschi e 16% tra le femmine). In alcune zone di alta montagna, dove la gente abituata all'emigrazione stagionale ormai da secoli, il tasso di analfabetismo giungeva al 3%-4%. L'obbligo scolastico daí 6 ai 12 anni era in vigore dal 1774 e fu esteso ai 14 anni nel 1869. Nel 1880 si contavano nella regione 569 maestri e 770 maestre, un insegnante elementare, cioè ogni 260 persone, come sappiamo pagati dalle amministrazioni comunali che si facevano carico anche delle spese di costruzione e manutenzione delle scuole e talvolta anche dei costi dei libri scolastici. Nella stessa annata si contavano pure 8 scuole superiori.” (GROSSELLI, Renzo M. *Noi tirolesi, sudditi felici di Don Pedro II*. Porto Alegre: EST, 1999. p. 53).

⁴ Ofício n. 218, da Inspeção Especial de Terras e Colonização para os diretores de núcleos coloniais em 1º/7/1878. Lata 280, maço 09, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

⁵ Ofício da Inspeção Especial de Terras e Colonização enviado para todos os diretores de colônia em 15/09/1877. Lata 280, maço 09, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

⁶ Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1876, p. 456.

⁷ Relatório das Colônias Dona Isabel e Conde D'Eu em 1878, elaborado pelo diretor Pedro Albuquerque Rodrigues para a Inspeção Especial de Terras e Colonização. Lata 280, maço 09, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

⁸ Circulares da Inspeção Especial de Terras, 20/05/1877, lata 280, maço 08, AHRGS.




⁹ Circulares da Inspeção Especial de Terras, 15/09/1877, lata 280, maço 08, AHRGS.

¹⁰ Carta enviada pelo Inspetor Especial de Terras ao Inspetor-Geral de Terras e Colonização em 03/04/1877, maço 08, lata 280, AHRGS.

¹¹ Escola Promiscua – referência à escola mista, frequentada por meninos e meninas.

¹² Relatório do eng. Manoel Maria de Carvalho, Ajudante da Inspeção-Geral das Terras e Colonização, 1885.

¹³ Após a elevação à condição de município, uma das primeiras atas registrando a nomeação de professores é transcrita a seguir: “Ata de 21/11/1891. [...] Foram por unanimidade de votos nomeadas as comissões para visitarem as aulas públicas deste município; compostas dos seguintes cidadãos e do seguinte modo: para as aulas da sede desta vila os cidadãos Leocádio de Azambuja Villanova e Arthur Job, compreendendo a aula do Caixão; para as aulas da Linha Leopoldina e Santa Tereza os cidadãos



Francisco Orlando de Abreu e Honorio Alipio Ferreira Soares; para a aula da Zamith, Francisco Orlando de Abreu e Carlos Gatti, para as aulas das linhas Palmeira e Jansen, Antônio Tagliari Filho e Sebastião Godinho de Campos; para as aulas da Linha Azevedo Castro, José Varneiri e Jayme Pinto Nogueira; para as da sede de Conde D'Eu, Costa Real e Estrada Geral (n. 19), Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior e Arthur Job. Ficou designado o dia vinte e oito do corrente para a sessão desta Junta. [...] Horácio de Oliveira Barreto, Giuseppe Carli e Francisco Baldi.”

¹⁴ Dados retirados do Livro de Estatísticas da Intendência Municipal de Bento Gonçalves – Arquivo Histórico de Bento Gonçalves.

¹⁵ Dados retirados do Livro de Estatísticas da Intendência Municipal de Bento Gonçalves – Arquivo Histórico de Bento Gonçalves.

¹⁶ Ofício enviado pelo diretor das Colônias Dona Isabel e Conde D'Eu, Joaquim Rodrigues Antunes em 17/04/1884, ao Presidente da Província, Conselheiro José Júlio de Albuquerque Barros. S A 52, AHRGS.

¹⁷ CROCCETA, Benedetto. Vita coloniale: i datori di oro. In: *Cinquantanario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud*. Porto Alegre: Globo, 1925. p. 406.



Referências

COSTA, Rovílio. *Imigração italiana: vida, costumes e tradições*. Porto Alegre: EST, 1986.

CROCCETA, Benedeto. Vita coloniale: i datori di oro. *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud*. Porto Alegre: Globo, 1925.



GARDOLINSKI, Edmundo. *Escolas da colonização polonesa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Educ, 1977.

GIRON, Loraine Slomp. *Colônia italiana e educação*. História da Educação, Pelotas: UFPel, n. 3, v. 2, set. 1998.

GROSSELLI, Renzo M. *Noi tirolesi, sudditi felici di Don Pedro II*. Porto Alegre: EST, 1999.

LORENZONI, Julio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1977.

SCHNEIDER, Regina Portela. *A instrução pública no Rio Grande do Sul (1770-1889)*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; EST, 1993.



Recebido em 15 de junho de 2010 e aprovado em 15 de setembro de 2010.